

# Solfácil Securitizadora de Créditos do Agronegócio S.A.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022



# Índice

	<b>Página</b>
Relatório da Administração	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	4
Demonstrações financeiras	8
Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022	14

São Paulo, 01 de junho de 2023.

Solfácil Securitizadora de Crédito do Agronegócio S.A

2022

Temos a Satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Solfácil Securitizadora de Crédito do Agronegócio S.A, elaboradas na forma da legislação societária, relativo ao período findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

A Administração.

# Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

---

**Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.**

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -  
12º andar Itaim Bibi, São Paulo (SP)  
Brasil

T +55 11 3886-5100

À Administradora e aos Investidores da Securitizadora  
**Solfácil Securitizadora de Créditos do Agronegócio S.A.**  
São Paulo – SP

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Solfácil Securitizadora de Créditos do Agronegócio S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Solfácil Securitizadora de Créditos do Agronegócio S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base de opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Patrimônio Separado, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

## Ocorrência, valorização, existência e exatidão dos recebíveis que servem de lastro para as transações de créditos financeiros

### Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1, a principal atividade da Companhia é a aquisição e a securitização de créditos financeiros. No âmbito de sua atividade, conduz a estruturação, emissão e a colocação das operações de securitização. Além disso, é a responsável pelo gerenciamento destes recebíveis, bem como os respectivos pagamentos aos investidores. Devido a relevância desta transação para a Companhia, e o gerenciamento do reconhecimento, mensuração e adequação das operações divulgadas como informações complementares, consideramos este assunto relevante para a nossa auditoria.

Esse tema foi considerado como uma área crítica e, portanto, de risco em nossa abordagem de auditoria, tendo em vista ser a principal atividade da Companhia, além de ser uma área crítica e de risco, tratar-se de rubrica de significativo impacto nas demonstrações financeiras da Companhia, sendo os procedimentos de auditoria de maior complexidade, dado ao tempo envolvido na análise das operações, leitura de contratos, entre outros aspectos.

### Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria, foram mas não se limitaram: **(i)** conciliação contábil da carteira em sua totalidade; **(ii)** recálculo do valor presente dos recebíveis com base nas taxas de juros e demais condições pactuadas contratualmente em sua totalidade **(iii)** validação da existência por meio da verificação do contrato por amostragem; **(iv)** testes documentais para os recebimentos financeiros dos direitos creditórios por amostragem; **(v)** recálculo da provisão para perdas esperadas dos direitos creditórios conforme política estabelecida pela Companhia; e **(vi)** análise da aderência das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.

Com base na abordagem de nossa auditoria e nos procedimentos efetuados, entendemos que os critérios e premissas adotados pela Companhia para reconhecimento dos ativos e o resultado obtido no exercício foram adequados no contexto das demonstrações financeiras da Companhia.

## Outros assuntos

### Demonstrações do Valor Adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e apresentadas como informação suplementar para os demais tipos de sociedade, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

### Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 utilizado para findos comparativos, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório sem modificação de opinião datado em 21 de julho de 2022. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para /planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; e
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 21 de junho de 2023

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP-025.583/O-1



Thiago Benazzi Arteiro  
Contador CRC 1SP-273.332/O-9

**SOLFÁCIL SECURITIZADORA DE CRÉDITOS DO AGRONEGÓCIO S.A.**

**Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021**

*(Em milhares de Reais)*

Ativos	Nota explicativa	31.12.2022	31.12.2021	Passivos e patrimônio líquido	Nota explicativa	31.12.2022	31.12.2021
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	576	727	Contas a Pagar	11	37	7
Cédulas de Produto Rural Financeiras	8	5.249	1.275	Tributos a Pagar		3	1
Perda estimada de CPR-F	9	(187)	-	Fundo de despesa	4	150	-
Outros valores a receber	6	-	46	Debêntures	10	5.036	321
Impostos à Recuperar	5	46	10				
<b>Total dos ativos circulantes</b>		<b>5.684</b>	<b>2.058</b>	<b>Total dos passivos circulantes</b>		<b>5.226</b>	<b>329</b>
Cédulas de Produto Rural Financeiras	8	20.150	4.836	Debêntures	10	21.480	7.203
Outros valores a receber	6	438	304	Resultado atribuído às debêntures	10	(435)	-
Partes relacionadas	7	-	88				
<b>Total dos ativos não circulantes</b>		<b>20.588</b>	<b>5.228</b>	<b>Total dos passivos não circulantes</b>		<b>21.045</b>	<b>7.203</b>
				<b>Patrimônio líquido</b>			
				Capital social	12.1	1	1
				Prejuízos acumulados	1	-	(247)
				<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>1</b>	<b>(246)</b>
<b>Total dos ativos</b>		<b>26.272</b>	<b>7.286</b>	<b>Total dos passivos e patrimônio líquido</b>		<b>26.272</b>	<b>7.286</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## SOLFÁCIL SECURITIZADORA DE CRÉDITOS DO AGRONEGÓCIO S.A.

### Demonstração do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e período de 22 de julho de 2021 a 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Acum. 31/12/2022	Acum. 31/12/20 21
Receita líquida	14	-	33
Custo	15	-	(333)
<b>Resultado bruto</b>		-	<b>(300)</b>
<b>(Despesas) receitas operacionais</b>			
Provisão para perdas em CPRF		(187)	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		188	-
<b>Resultado operacional líquido</b>		<b>1</b>	<b>(300)</b>
<b>Resultado antes das despesas e receitas financeiras</b>			
		<b>1</b>	<b>(300)</b>
Receita Financeira	16	2.467	58
Despesa Financeira	16	(2.468)	(5)
<b>Resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição social</b>		-	<b>(247)</b>
Imposto de renda e contribuição social		-	-
<b>Resultado líquido do exercício/período</b>		-	<b>(247)</b>
Lucro líquido básico por ação – R\$		-	(247)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**SOLFÁCIL SECURITIZADORA DE CRÉDITOS DO AGRONEGÓCIO S.A.**

**Demonstração do resultado abrangente**

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e período de 22 de julho de 2021 a 31 de dezembro de 2021

*(Em milhares de Reais)*

	Acum. 31/12/2022	Acum. 31/12/2021
<b>Resultado líquido do exercício/período</b>	-	(247)
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Resultado abrangente total do exercício/período</b>	<u>-</u>	<u>(247)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## SOLFÁCIL SECURITIZADORA DE CRÉDITOS DO AGRONEGÓCIO S.A.

### Demonstração das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e período de 22 de julho de 2021 a 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais)

		Capital social	Prejuízos Acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>		-	-	-
Aumento Capital Social	12.1	1	-	1
Resultado do período		-	(247)	(247)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>		<b>1</b>	<b>(247)</b>	<b>246</b>
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2022</b>		<b>1</b>	<b>(247)</b>	<b>1</b>
Resultado atribuído às debêntures		-	247	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>		<b>1</b>	<b>-</b>	<b>1</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## SOLFÁCIL SECURITIZADORA DE CRÉDITOS DO AGRONEGÓCIO S.A.

### Demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e período de 22 de julho de 2021 a 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais)

	31/12/2022	31/12/2021
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Resultado do exercício/período	-	(247)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do período com o caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais:		
Provisão para perdas em CPRF	187	-
Despesa de juros	2.452	-
Receita de juros	(2.317)	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais-		
Cédula de Produto Rural Financeiras	-	112
Outros valores a receber	(88)	(350)
Partes relacionadas	88	(88)
Impostos a recuperar	(36)	(10)
(Redução) aumento nos passivos operacionais		
Contas a pagar	30	7
Impostos, taxas e contribuições	2	1
Fundo de despesa	150	-
Debêntures	-	333
Resultado atribuído às debêntures	(188)	-
<b>Caixa líquido gerado pelas (aplicado) nas atividades operacionais</b>	<b>280</b>	<b>(242)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades investimento</b>		
Aquisição CPR-Fs	(18.979)	(6.223)
Recebimento de CPR-Fs	2.007	-
<b>Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimento</b>	<b>(16.972)</b>	<b>(6.223)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Recursos provenientes da emissão de Debêntures	18.706	7.191
Pagamentos de Debêntures	(2.165)	-
Aumento de Capital	-	1
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento</b>	<b>16.541</b>	<b>7.192</b>
<b>(Redução) aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(151)</b>	<b>727</b>
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício/período	727	-
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício/período	576	727
<b>(Redução) aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(151)</b>	<b>727</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## SOLFÁCIL SECURITIZADORA DE CRÉDITOS DO AGRONEGÓCIO S.A.

**Demonstração do valor adicionado**  
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e período de 22 de julho de 2021 a 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota explicativa	Acum. 31/12/2022	Acum. 31/12/2021
<b>Receitas</b>			
Receita operacional	14	-	33
Outras receitas		188	-
Provisão para perdas em CPRF		(187)	-
		<u>1</u>	<u>33</u>
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>			
Custo	15	-	(333)
		<u>-</u>	<u>(333)</u>
<b>Valor adicionado bruto</b>		<u>1</u>	<u>(300)</u>
<b>Valor adicionado líquido produzido</b>		<u>1</u>	<u>(300)</u>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>			
Receitas financeiras	16	2.467	58
		<u>2.467</u>	<u>58</u>
<b>Valor adicionado a distribuir</b>		<u>2.468</u>	<u>(242)</u>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>			
Despesas financeiras	16	2.468	5
Resultado do período		-	(247)
<b>Valor adicionado distribuído</b>		<u>2.468</u>	<u>(242)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

*(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)*

### 1 Informações gerais

A Solfácil Securitizadora de Créditos do Agronegócio S.A. (“Companhia”), foi constituída em 12 de agosto de 2021 e iniciou suas atividades em 22 de julho de 2021. A Companhia está enquadrada nos requerimentos da Resolução nº 2.686 do Conselho Monetário Nacional, tem sede e foro na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Hungria, nº 1.240, 6º andar.

A companhia tem por objeto social: (a) a aquisição e securitização de créditos ; (b) a emissão e colocação privada ou junto ao mercado financeiro e de capitais, de qualquer título de crédito ou valor mobiliário compatível com suas atividades, respeitados os trâmites da legislação aplicável; (c) a realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos supracitados.

A Companhia é uma securitizadora constituída com o propósito de adquirir e securitizar créditos financeiros decorrentes da Cédulas de Produto Rural Financeiras entre a Solfácil Energia Solar Tecnologia e Serviços Financeiros Ltda. (“Solfácil Energia”) e Produtores Rurais. Após a efetiva colocação, subscrição e integralização das Debêntures, a Companhia adquire as CPR-Fs e como contraprestação a cada endosso das CPR-Fs e dos direitos creditórios delas provenientes, presentes e futuros que atendam aos critérios de elegibilidade, a Companhia paga à Solfácil Energia o Preço de Aquisição. Em garantia do cumprimento de todas as obrigações, principais e acessórias, assumidas ou que venham a ser assumidas no âmbito das Debêntures, a Companhia se comprometeu a outorgar a Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em favor dos titulares das Debêntures e a alienação fiduciária da totalidade de suas ações.

### 2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

#### 2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as normas introduzidas pelos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Administração da Companhia declara e confirma que todas as informações relevantes próprias contidas nas demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

As práticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras, tais como foram aplicadas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 24 de março de 2023.

## 2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras, apresentadas em milhares de reais, foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

## 2.3 Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As estimativas levaram em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para a determinação dos valores adequados a ser registrados nas demonstrações financeiras.

### *Mensuração do valor justo*

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

**Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

**Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

**Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

## 3 Principais práticas contábeis adotadas

### 3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os montantes de caixa, fundos disponíveis em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras com prazo para resgate de até 90 dias da data da aplicação. As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, não superando o valor de mercado.

### 3.2 Ativos e passivos financeiros

Os ativos financeiros não derivativos são classificados nas seguintes categorias específicas: (a) ativos financeiros custo amortizado e (b) ativos financeiros contabilizados ao valor justo no resultado. A classificação depende da natureza e da finalidade dos ativos financeiros e é determinada no seu reconhecimento inicial.

E, passivos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: (a) passivos financeiros custo amortizado e (b) outros passivos financeiros.

**(i) Ativos e passivos financeiros não derivativos - Reconhecimento e desreconhecimento**

A Companhia reconhece os recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial se dá somente quando a Companhia tenha um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida. A Companhia poderá também realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**(ii) Ativos financeiros não derivativos - Mensuração**

*Ativos financeiros custo amortizado*

Um ativo financeiro é classificado como custo amortizado quando seu objetivo ou modelo de negócio seja receber o fluxo financeiro contratual do ativo ou que o contrato especifique o fluxo de recebimento do fluxo financeiro.

*Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado*

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado quando no reconhecimento inicial quando não enquadrado como custo amortizado ou como mensurado pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, designando investimento específico em instrumento patrimonial.

*Redução ao valor recuperável (“impairment”)*

Uma perda por redução no valor de recuperação deve ser mensurada e registrada pela diferença entre o valor contábil do ativo antes da mudança de estimativa e o valor presente do novo fluxo de caixa esperado calculado após a mudança de estimativa, desde que a mudança seja relacionada a uma deterioração da estimativa anterior de perdas de créditos esperadas. O registro da perda deve ser feito através de uma conta de provisão, sendo sua contrapartida no resultado. Como critério na análise, é levada em consideração a inadimplência do ativo, oriundos das Cédulas de Produto Rural Financeiros, e a suficiência das garantias atreladas à operação.

**(iii) Passivo financeiros não derivativos – Mensuração**

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo custo amortizado, através do método dos juros efetivos e sua baixa ocorre quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo, deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos.

### 3.3 Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado sob a abordagem simplificada.

Ao estimar as perdas de crédito esperadas a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises qualitativas e quantitativas, e a experiência histórica da Companhia junto aos seus clientes, contribui para uma avaliação de crédito direcionada (individualizada), e que também considera informações prospectivas (*forward-looking*) dos clientes.

Nenhum dos recebíveis inclui um componente significativo de financiamento. Os recebíveis da Companhia decorrem basicamente da carteira de Cédulas de Produto Rural Financeiras (“CPR-Fs”), que terão vencimento máximo de até 156 meses, com prazo máximo de carência para início dos pagamentos das parcelas de 12 meses, contam com garantia de alienação fiduciária sobre equipamentos de sistema solar fotovoltaico, o devedor não poderá estar com parcelas em atraso há mais de 15 dias, entre outros critérios de elegibilidade para a aquisição desses ativos pela Companhia.

Para realizar o monitoramento da capacidade de pagamento dos clientes, a administração da Companhia possui uma equipe dedicada de gestão que avalia de forma individual, os critérios de elegibilidade contratuais, fatores que auxiliam a Companhia na tomada de decisão pela constituição ou não de provisão para perdas esperadas. A Companhia não possui histórico de inadimplência e são considerados inadimplentes pela Companhia apenas quando: (i) é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia, por dificuldades financeiras relevantes; (ii) o ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias; (iii) o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras; e (iv) quebras de cláusulas ou condições contratuais.

Desta forma, a Companhia usa uma matriz de provisão abaixo para determinar as perdas de crédito esperadas para a vida inteira do ativo, dado as características dos recebíveis. A matriz se baseia nas taxas históricas de inadimplência, que não são relevantes, dado a ausência de histórico junto aos clientes da Companhia, e que, quando a administração julgar necessário, é ajustada de acordo com uma estimativa prospectiva, que inclui os fatores acima descritos, para definição de recebível inadimplente.

Atraso	Provisão para perdas esperadas
Até 15 dias	0,00%
Entre 16 e 30 dias	2,00%
Entre 31 e 60 dias	6,00%
Entre 61 e 90 dias	20,00%
Acima de 90 dias	100,00%

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

**(i) Mensuração das perdas esperadas**

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do devedor;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

**(ii) Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial**

A provisão para perdas para esperadas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

**(iii) Baixa**

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido e com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares não será recuperado. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

### **3.4 Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

### **3.5 Receita financeira**

É formada pelo montante de rendimentos de aplicações financeiras, cuja destinação será a aquisição de novas CPR-Fs e para o pagamento das despesas, juros, deságios/ágios, atualização monetária e outras eventuais receitas acessórias (encargos moratórios, multas entre outras) auferidas nos recebíveis.

Essas receitas são reconhecidas quando existe evidência convincente: (i) de que é provável que os benefícios econômico-financeiros poderão ser efetivamente auferidos, (ii) de que os custos associados e os riscos de possíveis cancelamentos puderem ser mensurados de maneira confiável; e (iii) de que o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável.

### **3.6 Despesa financeira**

É formada pelo montante de juros, ágios/deságios e atualização monetária apurada nas debêntures emitidas e integralizadas, bem como demais despesas vinculadas diretamente à emissão.

Essas despesas são reconhecidas quando existe evidência convincente: (i) de que os custos associados e os riscos de possíveis cancelamentos puderem ser mensurados de maneira confiável; (ii) de que o valor da despesa possa ser mensurado de maneira confiável.

### **3.7 Resultado básico por ação**

O cálculo básico do Resultado por ação é feito através da divisão do lucro líquido / (prejuízo) do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

### **3.8 Demonstração do valor adicionado (“DVA”)**

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira para companhias abertas, como parte de suas demonstrações financeiras.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 “Demonstração do Valor Adicionado”.

### **3.9 Novas normas, alterações e interpretações**

Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022

Em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias entre 2018 e 2020, as normas relacionadas a seguir apresentaram alterações em sua redação que passaram a vigorar pela primeira vez a partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2022.

Essas alterações não resultaram em impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia.

Alterações à NBC TG 27: Ativo Imobilizado – venda antes do uso pretendido

A alteração proíbe as entidades de deduzirem do custo de um item imobilizado quaisquer produtos de vendas de itens produzidos ao trazer esse ativo para o local e condição necessários para que ele seja capaz de operar da maneira pretendida pela administração. Em vez disso, uma entidade reconhece os produtos de vender os itens, e os custos de produzir os itens, na demonstração do resultado. Essa alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras do Grupo, pois a Companhia já não tinha por prática deduzir o valor da venda de mercadorias do custo de item do imobilizado adquirido para produzi-la.

---

Referências à Estrutura Conceitual

---

As alterações substituem uma referência a uma versão anterior da Estrutura Conceitual do IASB por uma referência à versão atual emitida em março de 2018 sem alterar significativamente seus requisitos. As alterações adicionam uma exceção ao princípio de reconhecimento da IFRS 3, equivalente ao NBC TG 15 (R1) – Combinação de negócios, para evitar a emissão de potenciais ganhos ou perdas decorrentes de passivos e passivos contingentes que estariam dentro do escopo da IAS 37, equivalente ao NBC TG 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes ou IFRIC 21, se incorridas separadamente. A exceção exige que as entidades apliquem os critérios da IAS 37 ou IFRIC 21, respectivamente, em vez da Estrutura Conceitual, para determinar se existe uma obrigação presente na data de aquisição. As alterações também adicionam um novo parágrafo à IFRS 3 para esclarecer que os ativos contingentes não se qualificam para reconhecimento na data de aquisição. Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras do Grupo uma vez que não existiam ativos, passivos ou passivos contingentes no âmbito dessas alterações que surgiram durante o período.

---

A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

#### **Normas emitidas, mas ainda não vigentes**

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis

Entram em vigor em 1º de janeiro de 2023, as alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, o qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. A Companhia está atualmente revisitando as divulgações das políticas contábeis para confirmar que estão consistentes com as alterações requeridas.

Alterações ao IAS 1 / NBC TG 26: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Entra em vigor em 1º de janeiro de 2023, a emenda ao IAS 1, correlato ao NBC TG 26, a qual visa promover a consistência na aplicação dos requisitos da norma, ajudando as entidades a determinar se, no balanço patrimonial, os empréstimos e financiamentos e outros passivos com uma data de liquidação incerta devem ser classificados como circulantes ou não circulantes. A Companhia está avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

Alterações ao IAS 8 / NBC TG 23: Definição de estimativas contábeis

Entra em vigor em 1º de janeiro de 2023, as alterações propostas por esta emenda ao IAS 8, norma correlata ao NBC TG 23, as quais esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, elas esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

Alterações ao IAS 12: Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação

Entra em vigor em 1º de janeiro de 2023, as alterações que esclarecem que a isenção de reconhecimento inicial não se aplica a transações em que montantes iguais de diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis surgem no período do reconhecimento inicial. A Companhia está avaliando possíveis impactos.

## 4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2022	31.12.2021
Conta Corrente	1	-
Aplicações Financeiras (a)	425	727
Aplicações Financeiras (b)	150	-
<b>Total</b>	<b>576</b>	<b>727</b>

- (a) São aplicações financeiras bancárias em CDB com rentabilidade apuradas com base na variação do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”) de 99%, com liquidez imediata. Foram classificadas como valor justo por meio do resultado.
- (b) Conforme escritura de emissão de Debêntures foi constituído Fundo de despesa com recursos recebidos de direitos creditórios, cujo valor mínimo é de R\$ 150 mil. O Fundo encontra-se aplicado em CDB com rentabilidade apurada com base na variação do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”) de 99%, com liquidez imediata.

## 5 Impostos a recuperar

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	46	10
	<u>46</u>	<u>10</u>

## 6 Outros valores a receber

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Fee Servicing	5	5
Agente Fiduciário	15	15
Assessor Legal	56	56
Agente de Liquidação	18	18
Escrituração	29	29
Taxa de Emissão	200	200
Taxa de administração	23	23
Honorários contábeis	4	4
Publicação	60	-
Consultoria	2	-
Outras despesas	26	-
<b>Total (a)</b>	<u>438</u>	<u>350</u>

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Outros valores a receber – Curto Prazo	-	46
Outros valores a receber – Longo Prazo	438	304
<b>Total</b>	<u>438</u>	<u>350</u>

- (a) Refere-se ao custo de captação da operação e as despesas recorrentes que será reembolsado pela Solfácil Energia Solar Tecnologia e Serviços Financeiros Ltda., uma vez que a responsabilidade desses custos não é da Companhia.

## 7 Partes relacionadas

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Publicação	-	60
Consultoria	-	2
Outras despesas	-	26
<b>Total (a)</b>	<u>-</u>	<u>88</u>

- (a) Refere-se as despesas de constituição da Companhia, que seriam reembolsadas pela Opea Securitizadora S.A. (“Controladora”) se a Companhia fosse de capital aberto, porém a mesma foi constituída com capital fechado.

## 8 Cédulas de Produto Rural Financeiras

### *Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado*

Em 18 de agosto de 2021, a Solfácil Securitizadora de Créditos do Agronegócio S.A. (“Solfácil Securitizadora”) aprovou, em Assembleia Geral Extraordinária, as condições da emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em quatro séries, de sua 1ª emissão, com valor nominal unitário de R\$ 1, perfazendo o valor total de R\$ 150.000. As CPR-Fs são emitidas por produtores rurais em benefício da Solfácil Energia Solar Tecnologia e Serviços Financeiros Ltda. e são adquiridas pela Solfácil Securitizadora após a efetiva colocação, subscrição e integralização das debêntures. Até 31 de dezembro de 2022, foram adquiridas o valor total de R\$ 25.202 CPR-Fs, sendo em 2022 R\$ 18.979 e em 2021 R\$ 6.223. As CPR-Fs são remunerados por taxas distintas que em agregado e considerada a aquisição pro forma, devem projetar fluxos financeiros com uma taxa interna de retorno (“TIR”) de (i) IPCA + 13% para as CPR-Fs pós-fixadas ou (ii) 15% para as pré-fixadas, o prazo médio ponderado de vencimento das CPR-Fs é de 85 meses. As CPR-Fs contam com garantia de Alienação fiduciária de Equipamentos de Sistema Solar Fotovoltaicos. A Cédula de Produto Rural Financeiros é classificada como custo amortizado.

	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Cédula de produto Rural Financeiros – Curto Prazo	5.249	1.275
Cédula de produto Rural Financeiros – Longo Prazo	20.150	4.836
<b>Total</b>	<b>25.399</b>	<b>6.111</b>

### **A Vencer por prazo de vencimento:**

	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Até 30 dias	438	107
De 31 a 60 dias	438	106
De 61 a 90 dias	437	106
De 91 a 120 dias	437	106
De 121 a 150 dias	437	106
De 151 a 180 dias	437	106
De 181 a 360 dias	2.625	638
Acima de 361 dias	20.150	4.836
<b>Total</b>	<b>25.399</b>	<b>6.111</b>

### **Movimentação da Cédula de Produto Rural Financeiros**

	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
<b>Saldo Inicial</b>	<b>6.111</b>	-
(+) Valor da Emissão	18.979	6.223
(-) Recebimento de CPR-Fs	(2.738)	(145)
(+) Fundo	730	-
(+) Atualização	2.317	33
<b>Total</b>	<b>25.399</b>	<b>6.111</b>

## 9 Provisão estimada de Perdas

<b>Dias de Atraso</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Entre 16 e 30 dias	2	-
Entre 31 e 60 dias	20	-
Entre 61 e 90 dias	24	-
Acima de 90 dias	141	-
<b>TOTAL</b>	<b>187</b>	<b>-</b>

### Movimentação da provisão estimada de perdas

	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
<b>Saldo Inicial</b>	-	-
(-) Constituição de Provisão	(187)	-
<b>Saldo Final</b>	<b>(187)</b>	<b>-</b>

## 10 Debêntures

### *Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado*

A emissão de debêntures possui o valor total de R\$ 150.000, distribuídas em 4 séries, sendo o volume de cada uma delas: série 1 R\$112.500, série 2 R\$ 22.500, série 3 R\$ 11.250 e série 4 R\$ 3.750. Em 18 de agosto de 2021 a Companhia firmou contrato para a 1ª emissão de debêntures, em 4 séries, com Garantia Real: Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios presentes e futuros decorrentes de Cédulas de Produto Rural Financeiras (“CPR-Fs”) e a Alienação Fiduciária de Ações da Solfácil Securitizadora de Créditos do Agronegócio S.A. O valor total emissão de debêntures é de R\$ 150.000, porém até 31 de dezembro de 2022 apenas o valor de R\$ 25.897 foi integralizado, sendo em 2022 R\$ 18.706 e em 2021 R\$ 7.191. Os pagamentos de juros e principal ocorrerão mensalmente a partir de agosto de 2022. A debênture possui vencimento previsto para 20 de agosto de 2029. A Debênture é classificada como custo amortizado.

	<b>Juros remuneratório</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Série 1	IPCA + 6.7500% a.a.	3.706	320
Série 2	IPCA + 9.2500% a.a.	899	1
Série 3	IPCA + 11.2500% a.a.	201	-
Série 4	IPCA + 11.2500% a.a.	230	-
	<b>Total Curto Prazo</b>	<b>5.036</b>	<b>321</b>
	<b>Juros remuneratório</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Série 1	IPCA + 6.7500% a.a.	14.513	4.931
Série 2	IPCA + 9.2500% a.a.	3.158	1.055
Série 3	IPCA + 11.2500% a.a.	1.777	529
Série 4	IPCA + 11.2500% a.a.	2.032	688
	<b>Total Longo Prazo</b>	<b>21.480</b>	<b>7.203</b>
	<b>Total Debêntures</b>	<b>26.516</b>	<b>7.524</b>

**A Vencer por prazo de vencimento:**

	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Até 30 dias	451	-
De 31 a 60 dias	455	-
De 61 a 90 dias	412	-
De 91 a 120 dias	424	-
De 121 a 150 dias	420	-
De 151 a 180 dias	422	-
De 181 a 360 dias	2.452	321
Acima de 361 dias	21.480	7.203
<b>Total</b>	<b>26.516</b>	<b>7.524</b>

**Movimentação da Debênture**

	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Saldo inicial	<b>7.524</b>	-
(+) Valor da Série 1	13.379	5.033
(+) Valor da Série 2	2.680	1.007
(+) Valor da Série 3	1.264	503
(+) Valor da Série 4	1.383	648
(-) Pagamento Debêntures Principal	(1.628)	-
(-) Pagamento Debêntures Juros	(538)	-
(+) Atualização	2.452	333
<b>Total</b>	<b>26.516</b>	<b>7.524</b>

Conforme o Instrumento de Escritura da Emissão de Debêntures os direitos creditórios recebidos seguem a ordem prevista no item 3.8 cascata de pagamentos, no qual considera em primeiro lugar o pagamento das despesas previstas e a manutenção do fundo de despesa. Na Operação também está prevista o descasamento entre a receita de juros relativa à atualização das CPR-Fs e a despesa de juros relativa à atualização das Debentures. Com isso, o resultado apurado no exercício (Lucro/Prejuízo) é atribuído ao saldo a pagar de debêntures.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 o resultado atribuído ao debenturista foi um prejuízo de R\$ 435 (R\$ 188 referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e R\$ 247 mil referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021).

A Administração acompanha e monitora os covenants previstos no Instrumento de Escritura de Debêntures. Ocorrendo qualquer um dos eventos de vencimento antecipado automático previstos, as obrigações decorrentes das debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial, pelo agente fiduciário. Segue abaixo breve descrição dos eventos de vencimento antecipado automático:

- (i) Qualquer obrigação pecuniária relacionada as debêntures que não sejam cumpridas pela Companhia e sanadas no prazo de 2 dias úteis contado de seu vencimento;

- (ii) pedido de recuperação judicial, independente de deferimento, ou submissão de qualquer credor ou classe de credores de pedido de negociação de plano de recuperação extrajudicial, formulado pela Companhia, por qualquer de suas controladas, e/ou por qualquer de seus acionistas controladores, independentemente de ter sido requerida homologação judicial do referido plano;
- (iii) extinção, liquidação, dissolução, insolvência, pedido de autofalência, pedido de falência não elidido no prazo legal ou decretação de falência da Companhia, por qualquer de suas controladas, e/ou de qualquer de seus acionistas controladores;
- (iv) redução de capital social da Companhia sem observância do disposto no parágrafo 30 do artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações;
- (v) participação da Companhia em outras operações financeiras, seja como parte ou como garantidora, no mercado local ou internacional, exceto no caso de outras emissões de debêntures da Companhia, as quais deverão ser previamente aprovadas pelos debenturistas;
- (vi) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão terceiros, pela Companhia das obrigações assumidas na Escritura de debêntures sem previa anuência dos debenturistas;
- (vii) transformação da forma societária da Companhia de sociedade anônima para sociedade limitada, nos termos do artigo 220, 222, da Lei das Sociedades por Ações;
- (viii) aplicação dos recursos oriundos das debêntures em destinação diversa da descrita na cláusula 3.5 da Escritura de Debêntures ou em atividades que não estejam em conformidade com Legislação Socioambiental;
- (ix) se a Escritura de debêntures, Contrato Operacional, contrato de promessa de cessão dos Direitos Creditórios Elegíveis celebrado entre Companhia e a Solfácil Energia ("Contrato de Endosso"), os Contratos de Garantia ou qualquer de suas disposições, forem declarados inválidos, nulos ou inexequíveis, por decisão judicial transitada em julgado, observado que, para se caracterizar o vencimento antecipado aqui previsto, em relação às debêntures, a invalidade, nulidade ou inexequibilidade deverá se referir a disposições relevantes, em particular as que digam respeito: (a) à existência, validade e eficácia das debêntures, seu valor, seu prazo de vencimento, sua remuneração e qualquer valor devido aos debenturistas; e (b) às disposições desta cláusula 5;
- (x) rescisão do Contrato Operacional, sem contratação, em até 45 dias, contados do recebimento da respectiva notificação de rescisão por qualquer uma das partes, de novo prestador de serviços de consultoria, cobrança extrajudicial e judicial e administração dos direitos creditórios vinculados, que deverá ser previamente aprovado em assembleia geral de debenturistas;
- (xi) contratação de empréstimos, mútuos ou financiamentos pela Companhia sem previa aprovação das debenturistas;

- (xii) descumprimento, pela Solfácil Energia, de qualquer obrigação prevista no Contrato Operacional ou no Contrato de Endosso;
- (xiii) recebimento de pagamentos em contas de titularidade da Solfácil Energia, na qualidade de cedente das CPR-Fs, sem devido repasse para a Companhia no prazo estipulado no Contrato de Endosso.

## 11 Contas a pagar

	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Fornecedores a pagar	37	7
	<b>37</b>	<b>7</b>

## 12 Patrimônio Líquido

### 12.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o capital social é de R\$ 1 e está representado por 1.000 ações totalmente integralizadas.

### 12.2 Reserva de lucros

#### a. Reserva legal

De acordo com o previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido do exercício deverá ser utilizado para constituição de reserva legal que não pode exceder 20% do capital social.

#### b. Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital da Companhia, conforme proposta no orçamento previamente aprovado na Assembleia Geral. Em 31 de dezembro de 2022, não há saldo de reserva de retenção de lucros.

## 13 Resultado por ação

O cálculo básico do Resultado por ação é feito através da divisão do prejuízo do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

	<b>01/01/2022 à 31/12/2022</b>	<b>22/07/2021 à 31/12/2021</b>
Prejuízo do período atribuível aos acionistas da Companhia	-	(247)
Quantidade de ações em circulação no período	1.000	1.000
Prejuízo básico por ação (valor unitário em R\$)	-	(247)

## 14 Receita líquida

	<b>01/01/2022 à 31/12/2022</b>	<b>22/07/2021 à 31/12/2021</b>
Receita Bruta	-	33
Receita oriunda do juros de atualização da CPR-Fs	-	33
Receita Líquida	-	33

## 15 Custo

	01/01/2022 à 31/12/2022	22/07/2021 à 31/12/2021
Custo com juros de atualização de debêntures	-	(333)
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>(333)</b>

## 16 Resultado financeiro

	01/01/2022 à 31/12/2022	22/07/2021 à 31/12/2021
<b>Receitas Financeiras</b>		
Rendimentos de aplicações financeiras	150	58
Receita dos juros de atualização da CPR-Fs	2.317	-
	<b>2.467</b>	<b>58</b>
<b>Despesas Financeiras</b>		
Outras despesas	(17)	(5)
Despesa com juros de atualização de debêntures	(2.452)	-
	<b>(2.469)</b>	<b>(5)</b>
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	<b>(2)</b>	<b>53</b>

## 17 Instrumentos financeiros

### Valor justo e categoria dos instrumentos financeiros

#### Técnicas de avaliação de valor justo e inputs significativos não observáveis

Os instrumentos financeiros da Companhia contabilizados em 31 de dezembro de 2022 e 2021 possuem valores compatíveis com os praticados pelo mercado nessa data. Esses instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais que visam obter liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste no monitoramento contínuo das taxas acordadas em relação àquelas vigentes no mercado e na confirmação de que seus investimentos financeiros de curto prazo estão sendo adequadamente marcados a mercado pelas instituições que administram os investimento em que parte dos recursos da Companhia é aplicada. A Companhia não faz investimentos especulativos com derivativos nem nenhum outro ativo de risco. A determinação dos valores estimados de realização dos ativos e passivos financeiros da Companhia baseia-se em informações disponíveis no mercado e em metodologias de avaliação adequadas. No entanto, é necessário que a Administração empregue considerável julgamento para interpretar os dados de mercado e estimar os valores de realização mais adequados. Finalmente, as estimativas a seguir não indicam necessariamente que os valores sejam aqueles realizados no mercado atual.

#### Hierarquia do valor justo

A mensuração dos instrumentos financeiros está agrupada em níveis de 1 a 3, com base no grau em que seu valor justo é cotado:

**Nível 1** - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

**Nível 2** - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.

**Nível 3** - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

Natureza	Classificação	Hierarquia	31/12/2022		31/12/2021	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo</b>						
Caixa e Equivalentes de Caixa	Ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado	Nível 2	576	576	727	727
Cédula de Produto Rural Financeiros	Ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado	Nível 2	24.258	24.258	6.111	6.111
			<b>24.834</b>	<b>24.834</b>	<b>6.838</b>	<b>6.838</b>
<b>Passivo financeiros não-mensurados ao valor justo</b>						
Contas a Pagar	Passivos financeiros mensurado pelo custo amortizado	Nível 2	37	37	7	7
Debêntures	Passivos financeiros mensurado pelo custo amortizado	Nível 2	26.516	26.516	7.524	7.524
			<b>26.553</b>	<b>26.553</b>	<b>7.531</b>	<b>7.531</b>

## 18 Gerenciamento de riscos

A Administração monitora e administra os riscos financeiros inerentes às operações. Entre esses riscos destacam-se o risco de crédito, o risco de liquidez e o risco de mercado. O principal objetivo é manter a exposição da Companhia a esses riscos em níveis mínimos, utilizando, para isso, instrumentos financeiros e avaliando e controlando a qualidade creditícia de suas contrapartes e a liquidez dos seus ativos financeiros.

### a. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das CPR-Fs.

Conforme nota explicativa nº 3.3, a Companhia possui uma matriz de provisão para perdas esperadas para fazer frente a inadimplência da sua carteira de CPR-Fs, além das garantias à disposição da emissora das CPR-Fs para os casos em que todas as tentativas de cobrança foram esgotadas. Ainda, a remuneração das debêntures emitidas pela Companhia tem como lastro os recebíveis oriundos da carteira de CPR-Fs, ou seja, os recursos recebidos com o pagamento das CPR-Fs são utilizados para remunerar os debenturistas, logo, o inadimplemento das CPR-Fs ensejará no inadimplemento para com os debenturistas, em último caso, a carteira de recebíveis, bem como as suas garantias serão entregues aos debenturistas. Desta forma, a administração da Companhia entende os dispositivos de elegibilidade, garantias e critérios de provisionamento são fatores mitigadores desses riscos.

**b. Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. O objetivo da Companhia ao administrar a liquidez é garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia busca manter o nível de seu “Caixa e equivalentes de caixa” em um montante superior às saídas de caixa contratadas para liquidação de passivos financeiros para os próximos 12 meses. O índice de liquidez imediata era de 0,11 em 31 de dezembro de 2022.

**c. Risco de mercado**

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, que podem afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

**(i) Risco de taxa de juros**

As flutuações das taxas de juros, como, por exemplo, o CDI, podem afetar positiva ou adversamente as demonstrações financeiras da Companhia em decorrência de aumento ou redução nos saldos dos instrumentos financeiros.

**Análise de sensibilidade**

*Premissas*

A Companhia desenvolveu uma análise de sensibilidade aos fatores de mercado mais relevantes para seus instrumentos financeiros, para um horizonte de 12 meses, que apresenta um cenário base e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% das variáveis consideradas, conforme descritos a seguir:

**Cenário base:** baseado nos níveis de taxas de juros e preços observados na data base no mercado futuro de taxas, além da perspectiva do cenário econômico para os próximos 12 meses. Foram utilizadas as informações de bolsas de valores, assim como perspectivas do cenário macroeconômico;

**Cenário adverso:** deterioração de 25% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível do cenário base;

**Cenário remoto:** deterioração de 50% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível do cenário base.

*Análise da administração*

A Companhia entende que está exposta à variação do CDI, que é base para remuneração de suas aplicações. A Companhia entende ainda que, apesar de possuir ativos indexados ao CDI, necessita de apenas um cenário de risco, desde que esse seja o mais conservador para o resultado líquido dos instrumentos.

A seguir estão demonstrados os índices e as taxas utilizados nos cálculos de análise de sensibilidade. Os percentuais de CDI e IPCA utilizados na sensibilidade foram obtidos através do relatório de projeções do Banco Itaú emitido em fevereiro de 2023 e representam a expectativa para os próximos 12 meses.

<b>Premissas</b>			<b>Cenário base</b>	<b>Cenário adverso</b>	<b>Cenário remoto</b>
<b>Diminuição da taxa do CDI</b>					
Caixa e equivalentes de caixa			12,72%	9,54%	6,36%
<b>Diminuição da taxa do IPCA</b>					
Títulos e valores mobiliários			6,26%	4,70%	3,13%
<b>Fator de risco</b>	<b>Risco</b>	<b>Instrumento</b>	<b>Cenário base</b>	<b>Cenário adverso</b>	<b>Cenário remoto</b>
Taxa de juros - CDI	Diminuição da taxa do CDI	Caixa e equivalentes de caixa	73	55	37
Taxa de juros - IPCA	Diminuição da taxa do IPCA	Cédulas de Produto Rural Financeiras	1.517	1.139	759
Taxa de juros - IPCA	Diminuição da taxa do IPCA	Debêntures	1.660	1.245	830

## 19 Eventos Subsequentes

Não houve evento subsequente passível de divulgação no âmbito do CPC 24 – Evento Subsequente.

\* \* \*

Fábio Roberto Benvindo  
 CRC 1SP255684/O-3

## DECLARAÇÃO

Eu, MARCELO LEITÃO DA SILVEIRA, brasileiro, casado, administrador de empresas, portadora Cédula de Identidade RG nº 50.941.829-6, (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob o nº 021.590.957-70, na qualidade de diretor da Solfácil Securitizadora de Créditos do Agronegócio S.A, sociedade Anônima inscrita no CNPJ 43.102.277/0001-38, com sede na Rua Hungria nº 1.240, 6º andar, conjunto 62, Jardim Paulistano, São Paulo/SP, CEP 01455-000 ("Companhia"), declaro para os fins do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 16 de março de 2022 que:

- (i) revi, discuti e concordei com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes contratados pela Companhia, Grant Thornton Auditores Independentes Ltda, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022; e
- (ii) revi, discuti e concordei com as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

São Paulo, 28 de junho de 2023

---

MARCELO LEITAO DA SILVEIRA

## **DECLARAÇÃO**

Eu, EDUARDO TRAJBER WAISBICH, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 35.599.267-X (SSP/SP) e inscrito no CPF/ME sob o nº 354.775.038-58, na qualidade de diretor da Solfácil Securitizadora de Créditos do Agronegócio S.A, sociedade Anônima inscrita no CNPJ 43.102.277/0001-38, com sede na Rua Hungria nº 1.240, 6º andar, conjunto 62, Jardim Paulistano, São Paulo/SP, CEP 01455-000 ("Companhia"), declaro para os fins do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 16 de março de 2022 que:

- (i) revi, discuti e concordei com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes contratados pela Companhia, Grant Thornton Auditores Independentes Ltda, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022; e
- (ii) revi, discuti e concordei com as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

São Paulo, 28 de junho de 2023

---

EDUARDO TRAJBER WAISBICH



## MANIFESTO DE ASSINATURAS



Código de validação: 9BLHM-XNKB2-WCYDH-67RMZ

Documento assinado com o uso de certificado digital ICP Brasil, no Assinador Registro de Imóveis, pelos seguintes signatários:

Eduardo Trajber Waisbich (CPF 354.775.038-58)

Marcelo Leitão da Silveira (CPF 021.590.957-70)

Para verificar as assinaturas, acesse o link direto de validação deste documento:

<https://assinador.registrodeimoveis.org.br/validate/9BLHM-XNKB2-WCYDH-67RMZ>

Ou acesse a consulta de documentos assinados disponível no link abaixo e informe o código de validação:

<https://assinador.registrodeimoveis.org.br/validate>